



ISP Região Interamericana

Plano de Ação 2015-2020

O AVANÇO DOS DIREITOS SINDICAIS E A LUTA POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE NAS MÃOS DO PODER PÚBLICO

Trabalhadores do setor público e suas famílias por todas as Américas estão enfrentando grandes desafios no seu cotidiano. Muitos desses desafios são resultado da crise global que começou em 2008 e ainda perdura cinco anos depois. Ao mesmo tempo, há cada vez mais ataques contra os direitos sindicais, especialmente os do setor público. Alguns deles foram desferidos diretamente; outros, de maneira mais sutil. Ataques semelhantes vêm acontecendo em todos os países das Américas, sejam eles grandes ou pequenos. Também há oportunidades para trabalhadoras e trabalhadores criarem uma melhor América como um todo – uma região que atenda as necessidades e as aspirações dos cidadãos.

Logo após o Congresso de 2012 da ISP, em Durban, a nova secretária-geral Rosa Pavanelli deu início a uma série de consultas e a um processo de planejamento estratégico que concentrava atenção nas melhores maneiras de lidar com esses desafios. O *“Trabalho em prol da Alternativa: Implementação do Mandato da ISP em 2013 e depois”* serve como quadro de referência para construir e implementar o Plano de Ação Interamericana para os próximos cinco anos.

Ele apresenta os desafios que enfrentam os povos das Américas, nossas prioridades e as amplas diretrizes para coordenar e seguir realizando o nosso trabalho. Enfatiza os papéis-chave que os (sub)setores vão desempenhar. *“A ISP ocupa um lugar exclusivo no movimento sindical... Para os trabalhadores nos serviços públicos, somos sua voz nos fóruns internacionais e o único organismo que coordena ações sindicais globais do setor público”*.

Estrutura do Plano de Ação

Através de consultas locais, nacionais e sub-regionais, nossas afiliadas nas Américas começaram a desdobrar esse Plano de Ação. Isso foi no início de 2013, identificando prioridades estratégicas para realizar a visão e a missão da ISP. O “*Trabalho em prol da Alternativa*” também ajudou afiliadas a definir passos específicos que precisavam ser dados durante o período entre as duas Conferências Regionais.

Dada a grande variedade das nossas afiliadas nas Américas, esse Plano de Ação busca lançar um arcabouço no qual se enquadrarão ações específicas e direcionadas. As Américas envolvem países em vários estágios de desenvolvimento: os países desenvolvidos da América do Norte, aqueles de renda alta e média, os menos desenvolvidos do Caribe e da América Latina, e as grandes economias emergentes da América do Sul. Através de seus comitês consultivos (SUBRACs), afiliadas de várias sub-regiões serão capazes de especificar as questões-chave para cada setor ou país. Para cada ano do Plano de Ação, as sub-regiões irão definir suas áreas de foco prioritário. Agir com foco há de garantir que os recursos disponíveis sejam usados da melhor forma possível, e também de facilitar uma avaliação clara e objetiva em cada área e cada setor representado pela ISP. Assim sendo, o Plano de Ação Interamericana define um importante aspecto das políticas e estratégias globais da ISP.

Os direitos sindicais, as negociações coletivas no serviço público e a luta contra a privatização são prioridades fundamentais para todas as afiliadas nas Américas. Em comparação com a década de 1990, a democracia progrediu, especialmente na América Latina. A eleição de governos populares e progressistas, mais sintonizados com as necessidades da classe trabalhadora, significou que uma quantidade maior de gente testemunha e vivencia melhorias sociais e que há efetivamente uma maior inclusão social. Mas há também uma contradição: não se pode dizer o mesmo dos direitos trabalhistas do setor público. Mesmo diante da negociação coletiva em alguns países, continua sendo uma situação não resolvida em muitos dos países de maior porte na região. E noutros há tentativas sutis de substituí-lo pelas ditas consultas. O processo da negociação coletiva, o diálogo social e a consulta genuína estão sob ameaça e, em conjunto, seguem sendo um foco chave do trabalho da ISP em todos os países da região.

A implementação efetiva do Plano de Ação passa por uma colaboração sólida e direcionada com:

- a Confederação Sindical das Américas (CSA),
- outras federações sindicais internacionais (FSIs) presentes na região,
- escritórios regionais e sub-regionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT),
- as várias organizações não-governamentais e da sociedade civil com a qual a ISP compartilha metas comuns,
- redes nacionais, regionais e internacionais que também estejam promovendo serviços públicos de qualidade.

Esse Plano de Ação gira em torno das 4 prioridades apresentadas no documento “*Trabalho*

em prol da Alternativa” e aprovadas pelo Conselho Executivo. O plano também expande e adapta o documento às realidades enfrentadas por trabalhadoras e trabalhadores da região e suas famílias.

- 1. Lutar contra a privatização;**
- 2. Avançar os direitos sindicais;**
- 3. Influenciar políticas globais/governança global;**
- 4. Aumentar sindicalização e crescimento com oportunidades iguais.**

As várias oficinas e discussões organizadas antes da Conferência Regional Interamericana (IAMRECON) vão nos ajudar a aprimorar o Plano de Ação. Para cada prioridade ou questão, elas vão nos ajudar a identificar:

1. As ações ou atividades específicas a serem realizadas;
2. Os responsáveis por sua implementação;
3. Os recursos internos e externos que vamos precisar;
4. As outras organizações e redes com as quais precisaremos colaborar.

Existem algumas coisas críticas que precisamos fazer para causar diferenças positivas nas vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores e nas sociedades das Américas. Este Plano de Ação 2015 – 2020, portanto:

- Baseia-se em nossos êxitos e propõe novas abordagens;
- Fortalece o que nos identifica;
- estuda o que está por vir e prepara-nos para o futuro.

1. LUTAR CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, PROMOVENDO ALTERNATIVAS

Ao longo dos anos, nossas afiliadas conseguiram diminuir o ritmo das privatizações. Essa diminuição se deu principalmente nos setores do abastecimento de água e saneamento. Mas o ataque continua nos serviços de suporte à educação, saúde e municipais; em alguns casos, ele é ainda mais coordenado e determinado. Trabalhando em conjunto com organizações da sociedade civil de posturas semelhantes, nossas afiliadas conseguiram, sim, diminuir o ritmo, mas sempre surgem novas ameaças e novas formas de privatização. As Parcerias Público-Privadas, a mutualização, a terceirização da mão-de-obra, a precarização dos contratos de trabalho através de firmas intermediárias e outras formas de privatização, se espalharam por toda a região.

Os privatizadores não vêm necessariamente dos grandes países desenvolvidos. Em alguns casos, empresas privadas locais e nacionais atuam por conta própria e, noutros, fazem parte de grupos e consórcios internacionais. Os escudeiros da privatização são bem coordenados e operam local, nacional e regionalmente, em geral sob a orientação de suas contrapartidas globais. Usam uma variedade de meios para promover a privatização, como acordos internacionais de comércio e doações para campanhas políticas, e fazem lobby junto aos processos do orçamento e dos empréstimos públicos das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e dos bancos de desenvolvimento regional. Vemos sua influência

também nas políticas e ações das missões diplomáticas e comerciais.

Em muitos países da região interamericana, o setor dos serviços de saúde é um alvo-chave para a privatização. O tratamento médico transfronteiriço, os serviços de transplante de órgãos e outras práticas parecidas se desenvolvem por toda a região. Os serviços médicos e farmacêuticos associados são concebidos para gerar lucro e o foco na melhoria dos serviços de saúde e no atendimento das necessidades das comunidades é pouco, quando existe. A privatização do setor de serviços de saúde impacta, inclusive, o poder das comunidades e de seus líderes em estabelecer padrões de atendimento.

Um componente fundamental da estratégia da ISP é desenvolver e definir abordagens setoriais específicas para combater a privatização em todas as suas formas e propor alternativas capazes de construir sociedades justas e sustentáveis. Nesse sentido, a ISP Américas vai empreender as seguintes ações de grande abrangência:

- auxiliar as afiliadas a desenvolver estratégias setoriais que se concentrem em fornecer alternativas aos modelos de privatização que estão sendo propostos;
- capacitar as afiliadas com o conhecimento, as habilidades e as competências para enfrentar as multinacionais e as empresas que promovem a privatização;
- elaborar perfis e analisar as principais empresas nacionais e transnacionais (ETNs) da região que fazem esforços pró-privatização;
- compilar estratégias bem sucedidas para as afiliadas e lições aprendidas nos enfrentamentos com essas ETNs;
- trabalhar junto às afiliadas na elaboração de ferramentas e materiais para lançar e implementar campanhas pró-público.

A luta contra a privatização e a promoção de alternativas se baseia muito na capacidade que as nossas afiliadas têm de promover e valorizar a contribuição que os serviços públicos dão para o desenvolvimento local, nacional e regional. Isso exige que nossas afiliadas demonstrem credibilidade, integridade e competência nas ações de campanha. Portanto, a ISP Américas vai:

- usar a reputação e o alcance global da ISP para melhorar a credibilidade e a reputação local, nacional e regional das nossas afiliadas;
- trabalhar com as afiliadas para desenvolver ferramentas e capacitação capaz de promover e defender os serviços públicos de qualidade;
- compilar e disponibilizar para as afiliadas exemplos de modelos bem-sucedidos de gestão pública;
- equipar, integrar e envolver mulheres, trabalhadores jovens e ativistas de outros grupos que militam em prol de equidade como parceiros-chave nas campanhas e ações empenhadas em promover o valor e os benefícios dos serviços públicos de alta qualidade.

A **justiça fiscal** é um elemento-chave na luta contra a privatização. Governos, sociedade civil, sindicatos e todos os cidadãos da região como um todo estão discutindo a tributação: quem paga, quem deveria estar pagando, quanto e por quê. Questões sobre assegurar o

dinheiro dos tributos para melhorar as sociedades e gerar crescimento vivem no seio das discussões sobre crescimento econômico e gastos públicos, e dos debates sobre as elevadas dívidas nacionais. A tributação justa e progressiva é uma demanda-chave que para as nossas afiliadas. Existem paraísos fiscais na região interamericana, usados por empresas que não querem pagar impostos. Algumas delas lançam mão de práticas contábeis incertas e de outros meios de evasão fiscal – e isso muitas vezes com a cumplicidade de Estados que, por sua vez, permitem o uso de mecanismos de contabilidade vagos. Empresas grandes e conhecidas – como Microsoft, Amazon, Starbucks, FedEx, Google, que operam em quase todos os países da região, algumas com presença física e outras através da internet – não pagam impostos: nem nos seus países de origem, nem nas várias capitais onde atuam pelo mundo afora. É por isso que devemos exigir por parte dos governos uma revisão dos acordos de não-dupla tributação que assinaram com os paraísos fiscais e pedir-lhes para apoiar os acordos multilaterais de troca automática de informações fiscais.

Paraísos fiscais privam os governos de arrecadarem bilhões de dólares em receita quando corporações e indivíduos deslocam seus ganhos para instituições financeiras em países onde podem reduzir suas obrigações com o imposto de renda. Por exemplo, o governo dos Estados Unidos perde aproximadamente US\$ 150 bilhões em receitas fiscais federais devido a empresas e indivíduos endinheirados que mandam seu dinheiro para paraísos fiscais. De maneira que o governo assume tal ônus cortando serviços públicos ou somando-o à dívida nacional. Portanto, a ISP Américas vai:

- usar sua reputação global para montar uma sólida e poderosa campanha em prol da justiça fiscal (ligada também à campanha anti-corrupção);
- ajudar as afiliadas a aprimorar sua capacidade de pesquisa e análise dos sistemas tributários em seus países;
- trabalhar com outros atores regionais para construir um movimento regional mais amplo em prol da justiça fiscal;
- ajudar as afiliadas a elaborar materiais e ferramentas para orientar ativistas acerca da justiça fiscal;
- identificar afiliadas-chave para o lançamento de campanhas anti-corrupção;
- ajudar afiliadas na formulação e promoção de um sistema de proteção à denúncia.

Tratados de Livre Comércio (TLCs): Especialmente depois de Seattle 1999, os sindicatos e os movimentos em prol de justiça global vêm lutando contra os desequilíbrios dos acordos comerciais. Esses acordos fazem parte do processo de liberalização do comércio. Em todas as Américas, o povo vem enxergando e sentindo os impactos negativos da injustiça no livre comércio: a perda de mercados locais, especialmente para produtos agrícolas; precarização dos salários; queda das receitas tributárias; migração de trabalhadores. Além disso, os direitos de trabalhadoras e trabalhadores além dos direitos dos povos indígenas vem sendo alvejados, e cresce a falta de respeito com os direitos humanos. Os serviços públicos, inclusive as compras públicas e o desenvolvimento industrial, também vem sentindo os efeitos negativos. A rodada de negociações multilaterais de Doha está em crise e os privatizadores fazem cada vez mais pressão no sentido dos acordos regionais de livre comércio. Muitos países das Américas estão totalmente envolvidos em negociações bilaterais e multilaterais com o Canadá, EUA, União Europeia e Ásia.

O Acordo de Comércio de Serviços (TISA); o Tratado Transpacífico (TTP); a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP); e o Acordo Integral de Economia e Comércio – União Europeia-Canadá (CETA) são ameaças profundas aos serviços públicos. Vão detonar ainda mais liberalização e dificultar ainda mais a regulamentação dos governos sobre as empresas privadas que prestam serviços públicos. Esses acordos podem impossibilitar uma mudança nas políticas e até mesmo evitar que os governos consigam reverter privatizações realizadas anteriormente. Eles só têm a acrescentar ao atual cenário de crescentes desigualdades de renda, estagnação e queda salarial, e altíssimos déficits comerciais que afetam negativamente o crescimento econômico. Essa é a situação que enfrentam economias pequenas, médias e grandes pela região afora.

A ISP e a Nosso Mundo Não Está à Venda (OWINFS) lançaram uma campanha global contra o TISA, o TTP, o TTIP e o CETA. A ISP Américas desempenha um papel importante na campanha e vai:

- trabalhar junto a afiliadas e aliados em geral num esforço de conscientização acerca da ameaça aos serviços públicos, especialmente nos países envolvidos nas negociações;
- continuar a elaborar materiais e ferramentas de campanha especialmente para afiliadas na região interamericana;
- capacitar afiliadas para que se envolvam com grupos e fóruns nacionais, regionais e globais sobre o comércio e as questões afins;
- orientar afiliadas para a montagem de grupos de trabalho com foco específico no comércio e nas questões afins.

2. AVANÇAR DIREITOS SINDICAIS, CONSTRUINDO SOLIDARIEDADE

Os sindicatos são organizações de direitos humanos e dependem dos direitos mais básicos: a liberdade de associação e a liberdade de expressão. Os direitos sindicais são direitos humanos e, em muitos países das Américas, o direito à sindicalização tem sido uma luta árdua. Em pleno século XXI, ainda estamos na batalha pelo direito de formar sindicatos, pelo direito à negociação coletiva e, especialmente nos últimos três anos, na Conferência Internacional do Trabalho, pelo direito à greve.

A ISP continuará trabalhando com suas afiliadas no combate às violações dos direitos sindicais internacionalmente aceitos. Juntos, continuaremos a expor ao público, à OIT, na mídia e no palco global, os governos e as organizações antidemocráticas da região que agem com impunidade e negam aos trabalhadores os seus direitos mais básicos.

A luta por direitos sindicais é uma questão de vida e morte nas Américas. A Guatemala é o lugar mais perigoso para um sindicalista. E o próximo da lista é a Colômbia. Outros países da América Central e do Sul (por exemplo, Equador, Peru, Honduras, Paraguai) também tem má reputação no que tange os direitos sindicais. Nos últimos anos, o governo de alguns estados dos EUA bem como o de algumas províncias do Canadá, inclusive o federal, violaram direitos dos trabalhadores, retrocedendo ainda mais com os direitos sindicais e trabalhistas.

Há exemplos na Guiana e no Haiti, onde governos e legislaturas tiraram ou reduziram os arduamente conquistados direitos à negociação coletiva, chegando a negá-los acintosamente em alguns casos, especialmente nos serviços públicos. Governos e empregadores no Caribe usam a crise financeira e as altas dívidas nacionais como razões para não se envolver no processo de negociação coletiva.

A ISP Américas vai trabalhar junto com suas afiliadas na região para:

- melhorar e acelerar nossas respostas aos casos mais urgentes de abusos de direitos;
- aumentar a capacitação no uso do mecanismo da OIT para supervisão e denúncia de casos de violações/abuso.

É através da nossa força coletiva, na (sub)região e no âmbito global, que conseguimos vencer. As ações de solidariedade bem coordenadas nos palcos sub-regionais, regionais e global logram resultados positivos.

Vamos continuar construindo solidariedade não apenas internamente nos setores, mas entre os mesmos. E agora é ainda mais importante construirmos solidariedade no âmbito mais amplo dos grupos da sociedade civil. Em particular, a ISP Américas vai trabalhar junto às afiliadas na região para:

- usar o alcance da Labourstart e de outras organizações e plataformas semelhantes para lançar campanhas em defesa dos direitos sindicais nas Américas;
- elaborar campanhas sólidas e poderosas nos âmbitos nacional e regional em apoio aos direitos sindicais;
- aumentar a visibilidade dos vice-presidentes regionais nas campanhas em prol dos direitos sindicais;
- seguir dando atenção às causas que estão por trás da migração de trabalhadores, em particular do setor de saúde.

3. INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS E NA GOVERNANÇA GLOBAL

Existem tanto desafios quanto oportunidades para as afiliadas da ISP que participam de consultas genuínas e de diálogos com instituições inter-governamentais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a Comunidade do Caribe (CARICOM) e outros grupos (sub)regionais.

Os braços regionais da Organização das Nações Unidas são outros pontos de contato importantes, especialmente em relação a questões setoriais e abrangentes, como saúde (OPAS), mulheres (ONU MULHERES), desenvolvimento sustentável (PNUD), meio ambiente (PNUMA) e outros. Uma questão chave de governança global que merece toda a nossa atenção é a dos acordos de livre comércio. Esses acordos vão se tornando, cada vez mais, ataques aos serviços públicos e aos direitos trabalhistas. A ISP é contra empréstimos que venham a destruir os serviços públicos, direta ou indiretamente. Serviços públicos de

qualidade para todos são os fundamentos para que os países possam construir e manter sociedades justas e sustentáveis.

A ISP Américas vai:

- coordenar esforços, atividades e campanhas para que nossas afiliadas possam participar mais de consultas com organizações de governança regional;
- coordenar e organizar ações para estabelecer salvaguardas de proteção trabalhista nos acordos de empréstimos do Banco Mundial e do BID; sempre combatendo modalidades de privatização e defendendo serviços públicos de qualidade;
- ajudar as afiliadas a montar uma estratégia, desenvolvendo e repassando mensagens fundamentais nos níveis nacional, sub-regional e regional na OIT e nas instituições de governança regional.

Integração regional

Os movimentos de integração regional (MERCOSUL, CARICOM, UNASUL e outros) fazem parte da rede de governança regional e merecem a atenção das afiliadas da ISP. Seus fóruns participativos devem contar com a participação, sempre que possível, dos nossos afiliados, avaliando constantemente a utilidade desses fóruns na defesa dos serviços públicos e dos direitos sindicais. A integração regional é vista como chave para o desenvolvimento, tratando-se de uma estratégia clara identificada por muitos governos, especialmente no Sul, para fomentar o desenvolvimento. Lembramos ainda que a ISP representa os trabalhadores dessas instituições internacionais.

4. SINDICALIZAÇÃO E CRESCIMENTO

Para levar à frente suas prioridades, avançar com as questões mais abrangentes e estender ainda mais a coordenação setorial, a ISP vai depender diretamente do nosso crescimento enquanto organização: será preciso aumentar a quantidade de novas afiliadas, aumentar o atual nível de mobilização e fortalecer as afiliadas. A ISP vai dar maior prioridade às atividades com foco setorial, para estruturar cada um dos setores representados e assim facilitar a organização das lutas regionais e nacionais comuns, em conjunto com campanhas contra as forças internacionais que promovem a privatização na região. Cada setor precisa contar com uma coordenação e uma estrutura mínima para facilitar a execução de um plano de trabalho nos intervalos entre as reuniões e, ao mesmo tempo, se responsabilizar pelo desenvolvimento do plano de trabalho do setor, as características prioritárias que devem ser direcionadas para conquistar mais influência sobre os bancos internacionais e outras instituições intergovernamentais que promovam processos de negociação sobre os acordos de comércio, como TPP, TISA, US-LAC e outras de igual importância, de forma a poderem criticar esses acordos perniciosos e defender os direitos sindicais e os serviços de qualidade.

Precisamos centrar esforços entre as afiliadas no sentido de promover novas oportunidades para os sindicatos se desenvolverem, aumentarem sua capacidade organizacional e de lobby político através de ferramentas que também ajudem a sindicalizar mais trabalhadores do setor público e, ao mesmo tempo, fortalecê-los nas suas negociações coletivas e no diálogo social. Nesse sentido, seria importante construir espaços de discussão para que todos tenham conhecimento das diferentes formas que os países da região têm se utilizado para restringir

direitos sindicais e oportunidades de crescimento (por exemplo, decisões da Corte, falta de ação quanto a denúncias...).

A meta da ISP é sindicalizar mais 1 milhão de membros até 2018 e a região tem oportunidades de fazer um contribuição notável.

É importante fortalecer os sindicatos nas Américas, garantindo a sua inclusividade. É importante melhorar e aumentar as estruturas democráticas, garantindo a sucessão do planejamento, que cria um ambiente para mudanças saudáveis na liderança e onde os afiliados se envolvem e se engajam. Além disso, a região vai estabelecer metas anuais de crescimento para o setor e prioridades organizacionais.

ORGANIZAR E COORDENAR OS SETORES

Nos últimos anos, a capacidade da ISP organizar e coordenar setores sindicais cresceu muito e criou muitas oportunidades de fortalecimento das lutas em cada um deles. Por outro lado, a ISP vem fortalecendo organizações, como ULATOC (Organizações de Controle Público), CLTPJ (Judiciário) e CONTUA (Administrativo universitário). E ainda respaldou confederações regionais como CONTAGUAS (Água) e CONTRAMA (Trabalhadores municipais). Para alguns setores, como os serviços de suporte à educação/saúde/social e o da eletricidade, ainda não conseguimos definir um modelo organizacional; para outros, porém, como a Administração Central, estamos trabalhando em forma de rede. Em praticamente todos os casos, os sindicatos da América Latina começaram a se juntar, provavelmente pela facilidade geográfica e linguística. Mas em todos existe a vontade de estender o modelo de organização regional e mundial. Precisamos ainda avançar na organização do pessoal de serviços de suporte à educação, legislativo, policial e alfandegário, com quem começamos a trabalhar no último período.

Devemos continuar trabalhando com cada setor, respaldando-os nas suas necessidades, até onde os meios e a estrutura da ISP alcançar, priorizando sempre as oportunidades de crescimento. Também é importante que as redes setoriais levem em conta as realidades, as estruturas e os arranjos em vigor nos organismos de coordenação nacional e regional da ISP. O intercâmbio contínuo de informação e experiências vai desenvolver as redes setoriais e dar mais força e influência à ISP. As negociações coletivas em cada setor serão uma prioridade.

Através de discussões internas, cada setor decidirá suas ações prioritárias no momento certo, e resolverá como implementá-las, designando responsáveis. Assim, o plano geral vai servir como matriz para o setor, apontando uma única direção para todas as trabalhadoras e trabalhadores dentro do mesmo arcabouço regional e mundial. Será o ponto forte da ISP e suas afiliadas: **AVANÇAR OS DIREITOS SINDICAIS NA LUTA POR SERVIÇOS DE QUALIDADE SOB CONTROLE PÚBLICO.**

IGUALDADE, EQUIDADE E DIVERSIDADE

A ISP tem desempenhado um papel de liderança no avanço da igualdade de gênero e nas questões de equidade. Através do desenvolvimento de políticas e práticas saudáveis, tem

havido um aumento na quantidade de mulheres ativistas e também um foco mais forte na integração do gênero ao trabalho sindical. Mais de dois terços dos trabalhadores dos serviços públicos são mulheres; através do seu trabalho, essas mulheres vem conseguindo construir vidas melhores para si e para suas famílias. O serviço público é uma fonte de empregos de qualidade para muitas mulheres nas Américas. Além disso, serviços públicos de qualidade ajudam a reduzir desigualdades, propiciando os serviços que as mulheres precisam e que ajudam a tirá-las da pobreza. Há muitas histórias de sucesso que destacam o avanço das mulheres nas Américas ao longo dos anos. Porém, ainda há muito mais a ser feito, tanto nos sindicatos quanto na sociedade como um todo.

A ISP Américas vai:

- auxiliar as afiliadas na integração e no envolvimento das mulheres ativistas enquanto parceiras fundamentais em todas as campanhas;
- trabalhar com afiliadas para capacitar as mulheres ativistas de forma a elaborar e ficar à frente de campanhas e ações que promovam serviços públicos de qualidade;
- fornecer ferramentas e materiais para ajudar as afiliadas a melhorar a implementação de políticas de protagonização do gênero nos sindicatos;
- apoiar as afiliadas na elaboração de mensagens apropriadas e no empoderamento das mulheres ativistas, para que elas falem nos fóruns regionais e internacionais.

Nos últimos quatro anos, afiliadas na ISP Américas vem se beneficiando do envolvimento cada vez maior de jovens trabalhadoras nas campanhas e atividades dos sindicatos. A rede de jovens trabalhadoras se amplia e, ao mesmo tempo, aprofunda a solidariedade entre afiliadas nas Américas. Nossas jovens sindicalistas desempenham um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento futuro da ISP. São parceiras chave na formulação de estratégias e na valorização dos serviços públicos, e na construção de força e influência dos sindicatos no setor dos serviços públicos nas Américas.

A ISP Américas vai:

- desenvolver e estruturar programas e atividades capazes de envolver e integrar, especialmente, jovens trabalhadoras e sindicalistas nas campanhas da ISP;
- trabalhar com jovens sindicalistas na preparação de materiais e ferramentas que ajudem a construir conhecimento, habilidades e atitudes desde cedo;
- trabalhar com afiliadas para capacitar jovens sindicalistas na elaboração e condução de campanhas e ações que promovam serviços públicos de qualidade;
- apoiar afiliadas no desenvolvimento e no empoderamento de jovens trabalhadoras e ativistas para falar em fóruns regionais e internacionais.

Há evidências mais que suficientes para mostrar que cortes nos serviços públicos trazem impactos desastrosos para trabalhadores, pessoas com necessidades especiais, membros das comunidades de LGBTQ, minorias raciais e étnicas, e outros grupos que buscam a equidade. A própria natureza da globalização dos tempos atuais se encontra na raiz de muitos casos de tensões raciais e étnicas, e também no aumento da xenofobia.

A ISP Américas vai:

- trabalhar com afiliadas para garantir a integração e envolvimento de membros dos grupos que buscam equidade em campanhas e ações sindicais;
- preparar materiais e desenvolver ferramentas que ajudem as afiliadas em suas lutas contra todas as formas de discriminação;
- fornecer materiais e ferramentas que ajudem as afiliadas a capacitar para a proteção e promoção dos direitos dos trabalhadores migratórios e suas famílias;
- continuar o trabalho com as afiliadas quanto às questões referentes à raça, etnia e LGBTQ, elaborando materiais e capacitando de forma a acabar com a discriminação e garantir direitos humanos e sindicais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS AMÉRICAS

As crises destacaram a vulnerabilidade de muitos países nas Américas. Grandes economias do norte e do sul já mostram sinais de recuperação, mas houve um retrocesso nos serviços públicos e nos benefícios para muitos trabalhadores. Existe um déficit de empregos e os trabalhadores e suas organizações seguem lutando arduamente por empregos decentes. Fica cada vez mais difícil para os jovens encontrarem emprego, ainda mais empregos decentes.

As economias menores do sul se debatem num ambiente de elevado endividamento e pouco crescimento; inclusive, algumas economias caribenhas já decidiram buscar auxílio junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). E isso foi mais um golpe para os serviços públicos e para os trabalhadores que prestam esses serviços tão necessários.

A mudança climática é mais uma questão importante na região, onde vastos ecossistemas se encontram seriamente ameaçados. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ou SIDS, e as regiões litorâneas das Américas lutam para sobreviver. O impacto causado pela mudança climática em todos os aspectos da capacidade produtiva e no cotidiano desses países destaca a extrema vulnerabilidade em que vivem.

Esses e muitos outros fatores colocam em foco a questão do desenvolvimento sustentável e o papel dos serviços públicos na construção de sociedades justas e sustentáveis. Existe uma ênfase um tanto desproporcional sobre o aspecto econômico do desenvolvimento sustentável e parece não haver reconhecimento de que os três pilares (econômico, social e ambiental) estão interligados.

A ISP Américas vai:

- continuar a usar sua reputação internacional em diversos fóruns para influenciar agendas regionais e globais de desenvolvimento sustentável, especialmente a agenda do desenvolvimento pós-2015;
- trabalhar com afiliadas para capacitá-las na luta por justiça climática e por uma transição justa na direção dos empregos verdes e economias verdes;
- continuar a construir alianças com ONGs e redes de posturas semelhantes;
- trabalhar com afiliadas para reforçar a mensagem de que a migração não é uma ferramenta para o desenvolvimento.

OLHAR PARA O FUTURO

Este plano de ação leva em conta os atuais desafios que os trabalhadores nas Américas enfrentam. Mas também há novos desafios despontando no horizonte, sinais do que está por vir. Esse vislumbre propicia para a ISP e suas afiliadas nas Américas a oportunidade de se preparar e planejar ações que lhes permitam aproveitar a chance de lutar contra impactos negativos. Os sindicatos vivem num clima cada vez mais hostil. Isso torna o fortalecimento dos sindicatos e o aumento da sua influência partes fundamentais da estratégia na luta pelos direitos sindicais. Temas como a produtividade no setor público – muitas vezes imposta pelas instituições financeiras internacionais –; a reestruturação das economias e outros temas sempre trazem novos desafios que deverão ser respondidos pelo movimento sindical. Para respondê-los, devemos ter claro qual é o papel da ISP nas Américas.